

gressiva". Sobre casamento inter-racial, à falta de dados estatísticos seguros, sente dificuldade para provar sua hipótese de que poucos casamentos tinham transposto as linhas de classe. A taxa de casamentos inter-raciais está aumentando. Aponta os fatos que auxiliam o casamento do negro com pessoas da classe alta.

A quarta unidade é *Raça e status social* em três capítulos. Pierson mostra como os mestiços livres começaram sua ascensão social. Coloca entre os fatores predominantes deste estado de coisas a mobilidade, tanto vertical como horizontal da população brasileira. Na determinação do *status social*, a competência tende a superar a origem racial. Na época de sua pesquisa havia duas classes de pretos na Bahia: 1) dos que sabiam de um problema racial em outros países e falavam a respeito; 2) dos que não tinham esse conhecimento.

Nos capítulos 10 e 11 da quinta unidade trata da "herança africana", estudando os africanos e os candomblés. Os africanos nativos, como elementos da população, estavam quase extintos na época da sua pesquisa, sendo que havia algum contacto com a África através de laços de família. Estuda neste capítulo a "assimilação": "O caso dos africanos, na Bahia, confirma a hipótese de que a transformação das experiências interiores, característica de todos os casos de assimilação, é processo que passa despercebido ao próprio indivíduo e que às vezes se acha em oposição às suas resoluções e desejos" (p. 302). Em "o candomblé" procura descrever o que é o candomblé, estudando o processo de liderança dos mesmos. Com referência à origem e à identificação culturais, existem três tipos principais de candomblés na Bahia: o gegê-nagô, o congo-angola e o caboclo. Trata ainda da função social e primária do candomblé: reforço de atitudes e sentimentos que distinguiram os africanos e seus descendentes da população européia e da maior parte dos mestiços.

Resume no capítulo *Brancos e Pretos na Bahia* a longa observação realizada. A miscigenação e o inter-casamento auxiliados pela grande mobilidade da sociedade brasileira concorreram para que uma mistura racial se processasse em larga escala. Surge, então, o mestiço, que sobe gradualmente a escala social. Embora grande número de negros tenham ainda *status social* baixo, não há, porém, preconceito de raça no sentido americano, mas sim um preconceito que é antes de classe.

Procura ater-se aos fatos e relata suas observações apenas em termos descritivos ou analíticos e não em termos apreciativos e normativos. Explica as razões de sua abordagem metodológica, sugerindo vinte e seis hipóteses para "testing" posterior, para responder à questão: "por que a estrutura da sociedade escravocrata balana não se transformou na de casta, como aconteceu nos Estados Unidos?"

Obra pioneira, objeto de críticas de outros sociólogos e antropólogos que seguiram suas pegadas, válida como tentativa de se dar ao estudo da "situação racial" no Brasil uma perspectiva científica baseada em moderna metodologia. Como bem diz, aqui e ali em sua obra, não pretendeu esgotar o assunto acerca da assimilação e aculturação no Brasil — mas antes propõe-se a fazer um "reconhecimento" geral da situação — é por si uma maneira de abrir claros onde futuros pesquisadores poderão ter uma visão mais segura do que observar. As considerações críticas de que foram objeto as idéias expostas pelo autor demonstram que sua obra é um clássico neste assunto, e como tal deve ser lida, discutida e testada. — TEREZINHA MARIA BRAVO

SEYFERTH, Giralda — *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim (um estudo de desenvolvimento econômico)*. Porto Alegre, Editora Movimento, 1974.

No capítulo II, reservado ao povoamento do Vale do Itajaí-Mirim, a A. história a imigração alemã no Brasil com os seus insucessos iniciais até 1860, ano

em que foi fundada a Colônia Itajaí-Brusque, que abrangia principalmente toda a extensão territorial ao longo do Vale do Rio Itajaí-Mirim (tributário do Itajaí-Açu, rio principal da bacia hidrográfica do Vale do Itajaí), fragmentada hoje em Municípios de Brusque, Guabiruba, Botuverá e Vidal Ramos. Concentrando suas pesquisas nos dois primeiros — pois ali houve a concentração de levadas de imigrantes alemães — enquanto Botuverá, Vidal Ramos e ainda Nova Trento, no Vale do Tijucas (também integrantes da Colônia Itajaí-Brusque), receberam italianos. Analisa o povoamento do Vale do Itajaí-Mirim em relação ao sistema *Waldhufen* (colonização da região montanhosa do leste da Alemanha no final da Idade Média: o tipo de povoamento chamado *Waldhufen*, p. 47). A distribuição das propriedades em lotes alongados, segundo a A. (p. 48), é que faz o sistema de povoamento assemelhar-se muito à *Waldhufendorf*, característica da colonização medieval da Floresta Negra, Odenwald, leste da *Mittelgebirge* e em parte das florestas das terras baixas do norte da Alemanha. Rica a explanação em torno desse sistema, explicando detalhes terminológicos da estrutura agrária camponesa medieval, como, por exemplo, *Marschlufendorf*, *Flur*, *Gewanne*, *Hausendorf*, *Strassendorf*, *Flurzwang*. A A. explica (p. 54), que a tradição histórica do campesinato alemão, o tipo de povoamento que praveleceu no Vale do Itajaí-Mirim, o isolamento e a adequação de novas técnicas agrícolas ligadas ao cultivo em um novo *habitat*, o cultivo de plantas nativas em substituição às européias e um novo tipo de comércio foram fatores relevantes na formação dessa comunidade camponesa. Nela, dois elementos importantes se destacam: de um lado, a pequena propriedade agrícola (*colônia*) e o grupo doméstico constituindo a unidade econômica; de outro, a vila, constituindo o “mundo do camponês”. A exploração do lote colonial se caracterizou pela policultura e pelo uso de técnicas agrícolas peculiares ao sistema de colvira; sendo que o milho, a mandioca, a cana-de-açúcar e o tabaco forneciam o excedente de produção para ser trocado ou vendido nas *Kaufläden* (vendas), ficando os outros exclusivamente para a subsistência, a saber: o feijão-preto, o talá, a batata-doce, o amendoim, o alpin e as colheitas de horta, onde cultivavam os legumes e, próximos à casa, árvores frutíferas que se destinavam ao consumo doméstico. Houve pouca, quase insignificante, criação de animais. Por outro lado, os engenhos de açúcar e cachaca, a produção de fubá e farinha de mandioca nas atafonas, a manufatura de charutos, a produção de vinhos, banha, derivados do leite e de um doce de frutas pastoso chamado *Mus*, constituíram as principais atividades — rotuladas por Seyferth como “Indústria doméstica” (p. 67) — e tiveram excelente incremento. A A. explora estatisticamente, baseada em relatórios da época, a produção e descreve o fabrico de alguns produtos, analisando até a divisão do trabalho na Colônia.

A Vila (de Brusque) é o segundo elemento importante que caracterizou a comunidade camponesa do Itajaí-Mirim no século XIX (p. 54 a 83). O colono não ficava isolado na sua propriedade: ele mantinha suas atividades sociais e econômicas com seus semelhantes através das relações sociais estabelecidas na vila; ali ficavam as capelas, as escolas, a sede da *Schützenverein* (Sociedade de Caça e Tiro), a administração, o ancoradouro, o cemitério, acreditando Seyferth que talvez por isso não era chamada de *Dorf* (aldeia), mas sim de *Stadtplatz* (de *Stadt*, cidade e *Platz*, lugar). A vila era ao mesmo tempo aldeia e cidade.

O capítulo IV é dedicado ao estudo do comércio colonial onde se destacam os vendeiros, isto é, os proprietários de casas comerciais, as *Kaufläden* (vendas). Os vendeiros, um pequeno número de pessoas, monopolizavam o transporte e o comércio. Os colonos vendiam ou trocavam suas mercadorias por produtos trazidos das cidades que eram necessários à sua subsistência. Havia um monopólio subordinando o colono ao vendeiro, e, como Seyferth afirma (p. 102), “o imigrante começava suas atividades como colono e pequeno proprietário devendo ao vendeiro”. Os colonos não tinham outra alternativa quanto à colocação dos seus

produtos no mercado e à aquisição daquilo que necessitavam. As atividades dos vendeiros não se limitavam unicamente ao comércio e conseqüente monopólio dos transportes e preços. Havia um outro fator, segundo Seyferth (p. 109), não menos importante, que deixava os colonos dependentes deles: eram os comerciantes que financiavam e exploravam boa parte da pequena indústria ligada à lavoura (engenhos e atafonas e, já no princípio do século XX, também as fecularias) e as serrarias. Toda poupança do colono, excetuando aquela que era destinada a melhorar a propriedade, acabava nas mãos dos vendeiros, para ser guardada por ele, funcionando a venda como banco dos colonos; entretanto, diferia desse tipo de instituição em um aspecto importante: não era o colono que recebia juros pelas importâncias depositadas na venda; o colono pagava pelo depósito nas *Kaufläden*. No último capítulo, a A. traz uma importante contribuição à elucidação do aparecimento da industrialização de Brusque, contestando Emilio Willens, que acreditava na origem artesanal das indústrias. A realidade, levantada por Seyferth, é outra: no início da colonização, o artesanato era apenas uma atividade complementar dos colonos, forçados a depender de uma economia estritamente familiar. Pela exposição de fatos, a A. exclui a hipótese do artesanato ter gerado ou até contribuído para a industrialização. A implantação da indústria têxtil em Brusque a partir de 1892 teve como fator relevante a tentativa do Sr. Carlos Renaux de produzir e revender tecidos em sua venda, fabricados por ele mesmo. Como vendeiro desde 1883, tinha condições de garantir um mercado seguro. Ainda dois aspectos que marcaram a implantação da indústria têxtil dizem respeito ao capital investido e à mão-de-obra empregada. Os vendeiros eram os únicos que tinham condições de acumular vasto capital. A presença de tecelões poloneses de Lodz na colônia (que foram convidados pelo Sr. Carlos Renaux a trabalhar na instalação da indústria) foi coincidência fortuita. Três foram as causas determinantes, segundo os estudos de Seyferth (p. 127), da industrialização de Brusque com base na tecelagem: 1.º) a existência de capital local garantido pelo comércio; 2.º) a potencialidade de um mercado consumidor na região; 3.º) a existência de mão-de-obra aproveitável entre os agricultores, reforçada pela presença de alguns artífices especializados na fabricação de tecidos, que funcionaram como orientadores dos demais. É importante ainda atentarmos para as duas fases ocorridas no processo de desenvolvimento econômico de Brusque, após o início da industrialização: a primeira, abrange o período de 1892 a 1930, caracterizada pela predominância de atividade agrícola sobre a industrial; o número de operários ainda não é muito grande em relação aos agricultores. A segunda fase da economia brusquense é marcada pela predominância das atividades industriais sobre as agrícolas, a partir da Segunda Guerra Mundial. A proletarianização é maior, sentida através dos expressivos aumentos: de 1561 operários que havia em 1937, passaram a ser 3.680 em 1950.

O excelente trabalho da antropóloga Giralda Seyferth constitui-se num enriquecimento valioso para a bibliografia das Ciências Sociais especialmente no que tange às imigrações alemãs no Brasil. — AFONSO IMHOR